



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2013. (Do Sr. Nilson Leitão)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi do Ministério da Agricultura.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, as informações abaixo elencadas, sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Wagner Rossi do Ministério da Agricultura.

- a) Quais providências administrativas e judiciais foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos. Indicar a conclusão e o nº dos processos;
- b) Quais providências e os respectivos resultados em relação à devolução de valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados;
- c) Que medidas foram efetivamente adotadas pelo Governo Federal para aperfeiçoar os mecanismos de controle e correção das falhas apontadas, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção; e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- d) Relação dos nomes, cargos e lotação dos envolvidos nas denúncias que ainda ocupam cargo ou função pública, seja na administração direta ou na indireta.

JUSTIFICAÇÃO

O início do governo da Presidente Dilma Rousseff foi marcado por denúncias de corrupção e malversação dos recursos públicos envolvendo alguns de seus ministros, o que ensejou as “supostas” faxinas ministeriais e consequentemente a troca de pessoas na gestão do governo. No entanto, transcorridos mais de dois anos da ocasião dos fatos, não há como dissociar o clamor dos brasileiros nas ruas contra a corrupção da cobrança de uma resposta concreta dos fatos apurados.

Na ocasião dos fatos, o irmão do Senador Romero Jucá, Senhor Oscar Jucá Neto, conhecido por “Jucazinho”, declarou a Revista Veja a existência de um esquema de corrupção que estaria ocorrendo no Ministério da Agricultura, envolvendo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Afirmou que existiria um consórcio entre o PMDB e o PTB para controlar a estrutura do Ministério da Agricultura com o objetivo de arrecadar dinheiro. Denunciou a protelação do repasse de 14,9 milhões de reais à gigante do mercado agrícola, Caramuru Alimentos, sendo tal pagamento oriundo de ordem judicial. Tal atraso teria por finalidade aumentar o montante a ser pago para 20 milhões de reais, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tal maneira que os 5 milhões a mais seriam repassados “por fora” para autoridades do ministério.

Outro problema, revelado na mesma entrevista, seria a venda de um terreno da Conab numa das regiões mais valorizadas de Brasília, pelo preço mínimo de 8 milhões de reais, sendo que o valor estimado pelo mercado era de quatro vezes mais. Tais denúncias levaram ao afastamento do então Ministro, Senhor Wagner Rossi.

Em novembro de 2011, a Controladoria Geral da União encaminhou ao Ministério da Agricultura dois relatórios sobre as irregularidades que culminaram com a queda do então ministro Wagner Rossi, em agosto. O texto apontava uma série de falhas em contratos da pasta e prejuízo aos cofres públicos.

Ressalta-se que diante de todo o ocorrido a simples perda do cargo público não é suficiente como meio de punir os agentes envolvidos. A farra e o desvio de recursos da sociedade visando favorecimento próprio ou alheio é crime previsto no ordenamento jurídico pátrio. É imprescindível a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes no âmbito administrativo e judicial.

Sabidamente, a Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Dessa forma, diante da relevância do caso e da competência institucional do Congresso Nacional, bem como a competência do parlamentar na fiscalização de todos os atos do Executivo, solicito o envio do referido requerimento de informação ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, para que possa responder as informações ora pleiteadas.

Sala das Sessões, de setembro de 2013.

Deputado **NILSON LEITÃO**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-MT